

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
DIRETORIA DE COMPRAS

EDITAL DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº03/IMPREV2024
DISPENSA ELETRÔNICA POR VALOR
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

Processo Administrativo nº 160/2024

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de Consultoria e Assessoria Atuarial, voltados à realização da Gestão Atuarial, que engloba o Cálculo Atuarial Previdenciário, Relatório de Análise das Hipóteses e demais atividades de acompanhamento atuarial, de forma continuada por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades do Instituto Municipal de Previdência de Machadinho Do Oeste/RO - IMPREV.

EXCLUSIVO PARA AS ME/EPPs - COM DIREITO DE PREFERÊNCIA NA CONTRATAÇÃO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS LOCAL OU REGIONALMENTE, ATÉ O LIMITE DE 10% (DEZ POR CENTO) DO MELHOR PREÇO VÁLIDO. CONFORME DECRETO MUNICIPAL N. 4022/2024

DOCUMENTOS/PROPOSTAS DEVERÃO SER ENCAMINHADOS NO PORTAL LICITANET:
[HTTPS://PORTAL.LICITANET.COM.BR](https://portal.licitanet.com.br)

AVISO

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências contidas neste edital e seus anexos, objetivando evitar conflitos que o prejudiquem e que possam ocasionar sua desclassificação no certame.

Pedidos de Esclarecimento e-mail:
cpl@machadinho.ro.gov.br

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
DIRETORIA DE COMPRAS

EDITAL DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/IMPREV/2024
DISPENSA ELETRÔNICA POR VALOR
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

O Instituto Municipal de Previdência de Machadinho D' Oeste - RO, Inscrição no CNPJ Nº 05.127.965/0001-63, com sede na Avenida Diomero Moraes Borba nº 3545 – Centro, Machadinho D' Oeste/RO CEP: 76868-000, por intermédio da Diretoria de Compras, torna público que, realizará a Dispensa Eletrônica de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/IMPREV/2024	<p>ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: À partir do dia 22/11/2024 às 08:00 horas (horário de Brasília)</p> <p>ENCERRAMENTO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 27/11/2024, às 07:00 horas (horário de Brasília)</p> <p>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 27/11/2024 das 08:00 às 15:00 horas (horário de Brasília)</p> <p>ENDEREÇO ELETRÔNICO, LOCAL: www.licitanet.com.br LICITANET.</p>
---	--

1.0 DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto desta Dispensa Eletrônica: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de Consultoria e Assessoria Atuarial, voltados à realização da Gestão Atuarial, que engloba o Cálculo Atuarial Previdenciário, Relatório de Análise das Hipóteses e demais atividades de acompanhamento atuarial, de forma continuada por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades do Instituto Municipal de Previdência de Machadinho Do Oeste/RO - IMPREV.

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes:

1.3 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1.4 ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

1.5 ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

1.6 ANEXO IV – DADOS DA EMPRESA PARA EFEITO DE EVENTUAL CONTRATAÇÃO

1.7 ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

2.0 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Instituto Municipal de Previdência – IMPREV do Município de Machadinho D' Oeste - RO, para exercício de 2024, na classificação abaixo:

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
DIRETORIA DE COMPRAS

Ficha: 522 **Unidade:** **Funcional:**
Cat. Econômica: 021300 INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL - IMPREV
09.122.0022.2101.0000
3.3.90.39.00
007.001 – Recurso Próprio

3.0 - DO VALOR ESTIMADO:

3.1 - O valor global estimado para contratação será de **R\$ 24.519,96 (vinte e quatro mil quinhentos e dezenove reais e noventa e seis centavos).**

4.0 - PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO:

4.1 - A presente **Dispensa Eletrônica** ficará **ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data da divulgação no site oficial da Prefeitura municipal de Machadinho D' Oeste: <https://www.machadinho.ro.gov.br/> e no Sistema eletrônico de licitações Licitanet: <https://licitanet.com.br/processos>, e os respectivos documentos/propostas deverão ser encaminhados no Portal Licitanet: <https://portal.licitanet.com.br>.

4.2 - Poderão participar desta modalidade DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, as pessoas jurídicas legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto a documentação; e ainda, que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação; e finalmente, as empresas que estiverem devidamente cadastradas junto à LICITANET – Licitações On-line.

4.3 - A participação na Dispensa Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

4.4 a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

4.5 a) – Para todas as empresas.

30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 134,00	R\$ 224,00	R\$ 305,00	R\$ 440,00

4.6 FASE DE LANCES

4.6.1 A partir das 08h00min. (horário de Brasília) da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrados no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.6.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do **LOTE**

4.6.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
DIRETORIA DE COMPRAS

4.6.4. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 1,00 (um real).

4.6.6. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.6.7. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6.8. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.6.9. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.6.10. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5.0 - Habilitação Jurídica, Fiscal e Qualificação Técnica

5.1 Cartão CNPJ, Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

5.2 Contrato Social ou outro instrumento equivalente, em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividade compatível com o objeto licitado. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o Contrato Social.

5.3 - Cópia da Cédula de Identidade e do CPF dos sócios, ou do sócio administrador;

5.4 - Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

5.5 - Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;

5.6 - Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);

5.7 - Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

5.8 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

5.9 - Declaração Unificadas, conforme modelo (anexo III) deste edital.

5.10 - Dados da Empresa e Representante Legal para eventual Contratação, conforme modelo (anexo IV) deste edital. (anexo obrigatório **caso** as informações exigidas no mesmo não estejam elencadas na proposta de preços conforme o anexo).

5.11 Apresentação de Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, da licitante, que comprove a aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características quantidades e prazos com o objeto de que trata esta licitação; Para fins da comprovação de que trata este subitem, deverá ser apresentado no mínimo 1(um) atestado de contrato executado na consultoria e avaliação atuarial de Regimes Próprios de Previdência Social;

5.12 Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma, contemple a prestação dos serviços condizentes com o objeto desta licitação.

5.13 Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma, contemple a entrega de produtos condizentes com o objeto desta licitação.

5.17.2 Contrato de Prestação de Serviços, em vigor;

5.17.3 Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
DIRETORIA DE COMPRAS

6.0 - Proposta de Preço/Cotação:

- 6.1** - A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.
- 6.2** - As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.
- 6.3** - Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

7.0 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO, DA ENTREGA, VIGENCIA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

- 7.1** Conforme cláusulas previstas no Anexo I - Termo de Referência.

8.0 DO PAGAMENTO

- 8.1** Conforme previstos no item 15 e seus sub itens do Anexo I Termo de Referência

9.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

- 9.1** Conforme previstos no item 08 e 09 e seus sub itens do Anexo I Termo de Referência

10.0 DAS SANÇÕES/PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

- 10.1** Conforme previstos no item 17 e seu sub item do Anexo I Termo de Referência.

10.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 10.1** Poderá o Município revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
- 10.2-** O Município deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
- 10.3-** A anulação do procedimento de Dispensa Eletrônica, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

- 10.4** Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

Machadinho D' Oeste – RO, 21 de novembro de 2024.

Samara Raquel Kuss
Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
DIRETORIA DE COMPRAS

ANEXO II
MODELO DE CARTA PROPOSTA

A Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste Diretoria de Compras e Licitações

Prezado Agente de Contratação;

Após criterioso exame e estudo do edital de **DISPENSA ELETRÔNICA nº. 03/2024**, em referência, seus anexos e apensos, com os quais concordamos, vimos apresentar a nossa Proposta, de conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de Consultoria e Assessoria Atuarial, voltados à realização da Gestão Atuarial, que engloba o Cálculo Atuarial Previdenciário, Relatório de Análise das Hipóteses e demais atividades de acompanhamento atuarial, de forma continuada por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades do Instituto Municipal de Previdência de Machadinho Do Oeste/RO - IMPREV. Os serviços abrangem ainda Avaliação Atuarial e Estatística de Planos de Previdência dos servidores públicos, Projeções Atuariais, Modelagem de Sistemas de Previdência dos servidores públicos, Auditorias Atuariais, Elaboração de Planos de Benefícios e Planos de Custeio, Relatórios de Gestão Previdenciária (Passivos x Ativos), Relatórios de Viabilidade Econômica e Gestão Atuarial.

DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	Und	Preço Unit	Preço Total
01	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de Consultoria e Assessoria Atuarial, voltados à realização da Gestão Atuarial, que engloba o Cálculo Atuarial Previdenciário, Relatório de Análise das Hipóteses e demais atividades de acompanhamento atuarial, de forma continuada por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades do Instituto Municipal de Previdência de Machadinho Do Oeste/RO - IMPREV. Os serviços abrangem ainda Avaliação Atuarial e Estatística de Planos de Previdência dos servidores públicos, Projeções Atuariais, Modelagem de Sistemas de Previdência dos servidores públicos, Auditorias Atuariais, Elaboração de Planos de Benefícios e Planos de Custeio, Relatórios de Gestão Previdenciária (Passivos x Ativos),	12	Serv		

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
DIRETORIA DE COMPRAS

	Relatórios de Viabilidade Econômica e Gestão Atuarial.				
--	---	--	--	--	--

Prazo de validade da proposta: Não inferior a 60 (sessenta)

dias Prazo de entrega: (Preencher)

Local da entrega: (Preencher)

DADOS DA EMPRESA PARA EFEITO DE EVENTUAL

CONTRATAÇÃO: RAZÃO SOCIAL _____

_____ CNPJN ° _____

_____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

FONE _____ EMAIL _____

ENDEREÇO COMERCIAL: (rua, n° CEP, bairro, cidade) _____

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

(em nome da razão social da empresa)

Banco: _____ N° Banco _____ Agência: _____ Conta Corrente _____

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Rua/AV.: _____ N.º: _____

Município: _____ Estado: _____ CEP.: _____

E-mail _____

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
DIRETORIA DE COMPRAS

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME(S): _____
CARGO(S): _____
NACIONALIDADE(S) _____ ESTADO CIVIL: _____
PROFISSÃO: _____ RG: _____ CPF: _____
TELEFONE: _____
RESIDÊNCIA (Domicílio): _____

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade, e que na forma da lei, somos responsáveis por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o CONTRATO no prazo determinado no documento de convocação.

Local:

Data:

Assinatura e Identificação RG e
CPF (representante legal)

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
DIRETORIA DE COMPRAS

ANEXO III DECLARAÇÕES
UNIFICADAS (MODELO)

A Empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua/AV. _____ Município de _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____ portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____. **DECLARA** sob as penas da Lei para fins de participação na Dispensa Eletrônica acima citado, até a presente data que:

- a) Em cumprimento ao inciso XXXIII do Art 7º da Constituição Federal, de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.
- b) Inexistem fatos supervenientes impeditivo de habilitação, não se encontra em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- c) Tem plena submissão às condições e exigências deste Edital e seus anexos, em todas as fases da licitação;
- d) Não possui em seu quadro Funcional Servidor Público responsável pela elaboração do Termo de Referência e/ou Solicitação do Produto/Serviço;
- e) Assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados na presente licitação.
- f) A elaboração da proposta foi elaborada de maneira independente
- g) que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006. DECLARA também não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado. E tem ciência de que a "Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

Declara ainda que a "Falsidade das declarações prestadas objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal. Sem juízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021".

Local / data:

Assinatura e Identificação RG e
CPF (representante legal)

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE
DIRETORIA DE COMPRAS

ANEXO IV

(anexo obrigatório **caso** a proposta realinhada não siga conforme modelo II contendo as informações exigidas neste anexo)

DADOS DA EMPRESA PARA EFEITO DE EVENTUAL CONTRATAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ N.º: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____
FONE: _____ EMAIL: _____
ENDEREÇO COMERCIAL: (rua, n.º CEP, bairro,
cidade) _____

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

(em nome da razão social da empresa)

Banco: _____ N.º Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Rua/AV.: _____ N.º: _____
Município: _____ Estado: _____ CEP.: _____
E-mail: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME(S): _____
CARGO(S): _____
NACIONALIDADE(S) _____ ESTADO CIVIL: _____
PROFISSÃO: _____ RG: _____ CPF: _____
TELEFONE: _____
RESIDÊNCIA (Domicílio): _____

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade, e que na forma da lei, somos responsáveis por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Local / data

Assinatura e Identificação RG e CPF (representante legal)

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO



**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE
MACHADINHO DO OESTE - RO
IMPREV**

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto - Dispensa de licitação para Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de Consultoria e Assessoria Atuarial [...]	Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto.): Instituto Municipal De Previdência De Machadinho D'/RO - IMPREV
Elaborado Por: Eliel Maikson Santana Da Silva. Revisado E Assinado: Equipe De Planejamento, Gestão E Fiscalização	Nº. Processo 8-160/2024

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de Consultoria e Assessoria Atuarial, voltados à realização da Gestão Atuarial, que engloba o Cálculo Atuarial Previdenciário, Relatório de Análise das Hipóteses e demais atividades de acompanhamento atuarial, de forma continuada por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades do Instituto Municipal de Previdência de Machadinho Do Oeste/RO - IMPREV. Os serviços abrangem ainda:

- A) Avaliação Atuarial e Estatística de Planos de Previdência dos servidores públicos
- B) Projeções Atuariais
- C) Modelagem de Sistemas de Previdência dos servidores públicos
- D) Auditorias Atuariais
- E) Elaboração de Planos de Benefícios e Planos de Custeio
- F) Relatórios de Gestão Previdenciária (Passivos x Ativos)
- G) Relatórios de Viabilidade Econômica
- H) Gestão Atuarial.

1.2 Trata-se de objeto com características comuns e usuais encontradas no mercado, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos.

1.3 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO.

1.4 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, conforme disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a legislação, em especial a Portaria nº 1467/2022 e alterações trazem uma série de obrigações aos RPPS, que devem ser observadas de forma contínua e permanente para que seja assegurada a correta avaliação atuarial, como a elaboração da Nota Técnica Atuarial, dos fluxos atuariais, propostas de métodos de financiamento, estudos estatísticos para análise das hipóteses atuariais, propostas de plano de amortizações do déficit, entre outras.

1.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 DAS QUANTIDADES

2.1 Detalhamento do objeto e quantitativo de serviços a serem contratados.

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Período De Execução
01	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de Consultoria e Assessoria Atuarial, voltados à realização da Gestão Atuarial, que engloba o Cálculo Atuarial Previdenciário, Relatório de Análise das Hipóteses e demais atividades de acompanhamento atuarial, de forma continuada por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades do Instituto Municipal de Previdência de Machadinho Do Oeste/RO - IMPREV. Os serviços abrangem ainda Avaliação Atuarial e Estatística de Planos de Previdência dos servidores públicos, Projeções Atuariais, Modelagem de Sistemas de Previdência dos servidores públicos, Auditorias Atuariais, Elaboração de Planos de Benefícios e Planos de Custeio, Relatórios de Gestão Previdenciária (Passivos x Ativos), Relatórios de Viabilidade Econômica e Gestão Atuarial.	01	Serviço	12 meses

2.2 Os serviços contratados deverão ser totalmente orientados à administração pública, focado na gestão de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Deverão atender a todas as exigências da legislação vigente, contendo todas as informações necessárias a atender o funcionamento do Instituto e as exigências Previdenciárias legais tanto da Secretaria de Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, bem como dos órgãos públicos com que estiver relacionado por força de lei. Os serviços oferecidos deverão atender às necessidades Previstas no presente Termo de Referência, bem como no Edital de Licitação.

2.3 Por se tratar de objeto de muita complexidade, onde as etapas de contração de seus itens são interdependentes, não se faz possível à atuação de mais de um fornecedor em um mesmo item/lote, devendo ser um único fornecedor capaz de entregar todos os serviços pertencentes a cada item.

2.4 A opção pelo não parcelamento da solução se mostra técnica e economicamente viável, uma vez que se trata de um único item.

2.5 Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existente já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação.

3 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 O artigo 40 da Constituição Federal, através da redação dada pela Emenda Constitucional nº 103 de 2019 prevê que o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, dos aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

3.2 A Portaria nº 1467 de 02 de junho de 2022, que traz a Consolidação das Normas do Regime Próprio de Previdência Social, em seu artigo 25 prevê que ao RPPS deverá ser garantido o equilíbrio financeiro e atuarial em conformidade com avaliações atuariais realizadas em cada exercício financeiro para a organização e revisão do plano de custeio e de benefícios. Além disso, o capítulo IV da citada Portaria e o Anexo VI trazem uma série de obrigações aos RPPS, para que seja assegurada a correta avaliação atuarial, como a elaboração da Nota Técnica Atuarial, dos fluxos atuariais, propostas de métodos de financiamento, estudos estatísticos para análise das hipóteses atuariais, propostas de plano de amortizações do déficit, entre outras.

3.3 Além de atender as exigências legais, a assessoria atuarial também proporciona a análise de medidas de gestão, como estudo de projetos de lei, de solicitações de alterações salariais, dentre outras, o que também contribui para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

3.4 A principal necessidade identificada é assegurar a sustentabilidade financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais. A falta de profissionais qualificados no quadro atual do IMPREV para realizar atividades complexas e técnicas, como a avaliação de riscos financeiros e demográficos, o cálculo de benefícios e o planejamento financeiro de longo prazo, torna imperativa a contratação de serviços especializados. A contratação visa preencher a lacuna de expertise, garantindo a continuidade e eficiência do regime previdenciário, protegendo os direitos dos servidores municipais e promovendo a sustentabilidade do sistema previdenciário local.

3.5 Os benefícios esperados com a contratação incluem a gestão atuarial eficiente, que permitirá identificar e mitigar riscos, otimizar recursos disponíveis e assegurar a solvência e liquidez necessárias para honrar os benefícios previdenciários. Através de uma gestão atuarial eficiente, é possível garantir a precisão e a robustez das projeções financeiras e atuariais, proporcionando estabilidade e confiança aos segurados.

3.6 A fundamentação da contratação está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que exige a elaboração de estudos técnicos preliminares para justificar a necessidade da contratação, bem como a análise das alternativas possíveis e a escolha da solução mais adequada.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 Constitui objeto do presente contrato a elaboração, por atuário habilitado, dos relatórios, avaliações, estudos e pareceres abaixo relacionados, dentre outros que porventura possam a ser exigidos na legislação federal e municipal:

- a) Avaliação Atuarial Anual;
- b) Nota Técnica Atuarial;
- c) Fluxos Atuariais;
- d) Duração do Passivo;
- e) Métodos de financiamento;
- f) Testes Estatísticos para definição das hipóteses atuariais;
- g) Avaliação da base cadastral;
- h) Apuração dos custos e compromissos;
- i) Propostas de planos de custeio;
- j) Propostas para equacionamento do déficit atuarial;
- k) Projeções Atuariais previdenciárias, atender o Art. 53 §1, Inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- l) Plano de Gestão de Riscos Atuariais;
- m) Acompanhamento atuarial, através da elaboração de estudos de impacto decorrente de propostas legislativas ou administrativas;
- n) Representação, como atuário responsável, junto ao Ministério da Previdência Social;
- o) Elaboração e envio dos demonstrativos ao Ministério da Previdência Social, relacionados à atuária;

4.2 Todos os relatórios, estudos e pareceres deverão atender integralmente as disposições da Portaria nº 1467/2022 e futuras alterações, além de outras normas e disposições que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

4.3 Quando solicitado pelo Conselho Deliberativo ou Fiscal, a empresa contratada deverá, em reunião com tais conselhos, explanar os relatórios e estudos.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Sustentabilidade:

Os requisitos de sustentabilidade devem ser observados, conforme estabelecido no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, naquilo que for aplicável.

5.2 Subcontratação:

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3 Garantia da contratação:

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica;

6.2 Início da execução do objeto: Imediata após a emissão da ordem de serviço;

6.3 Deverão ser atendidos os prazos legais para a entrega dos relatórios e obrigações atuariais, impostos pelo Ministério da Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e demais órgãos de controle internos e externos.

6.4 Os estudos, relatórios e pareceres solicitados pelo IMPREV deverão ser remetidos no prazo de até 7 (sete) dias úteis, após a solicitação, via, sistema Digiproc, e-mail ou mensagem eletrônica;

6.5 Após a assinatura do contrato, deverá ser enviado pela contratada o coletor de dados para preenchimento das informações cadastrais e financeiras pelo Instituto Municipal de Previdência de Machadinho Do Oeste/RO - IMPREV, data-base conforme previsão em Lei;

6.6 Após o envio dos dados cadastrais, a contratada deverá apresentar a avaliação atuarial e o relatório de testes estatísticos para fins comparativos com a avaliação 2024 oficial, acompanhado de relatório gerencial que evidencie qualquer alteração de premissa e suas justificativas na forma online para análise e aprovação do Conselho Deliberativo;

6.7 Após aprovação do Conselho Deliberativo, a contratada deverá apresentar a avaliação atuarial e o relatório de testes estatísticos para fins comparativos com a avaliação 2024 oficial, acompanhado de relatório gerencial que evidencie qualquer alteração de premissa e suas justificativas, na forma presencial aos interessados e ao público em geral, ficando a cargo do IMPREV a divulgação da referida apresentação e escolha do local.

7 LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os serviços serão prestados na sede da empresa contratada ou conforme solicitação do Instituto Municipal de Previdência IMPREV.

7.2 Os serviços serão prestados conforme necessidade do IMPREV, sendo de forma online, com exceção da apresentação do cálculo atuarial, que deverá ser na forma presencial em Machadinho Do Oeste.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Comunicar ao IMPREV a ocorrência de quaisquer irregularidades que venham a ter conhecimento;

8.2 Manter-se atualizado da legislação previdenciária, sobretudo na sua área de atualização;

8.3 Não ceder ou transferir, total ou parcialmente os serviços a serem prestados;

- 8.4 Em caso de alteração de endereço, comunicar previamente ao IMPREV;
- 8.5 Permitir o acompanhamento e fiscalização pelo IMPREV;
- 8.6 Apresentar sempre que solicitado as certidões de regularidade fiscal, junto a fazenda federal, estadual e municipal, FGTS e demais documentos necessários;
- 8.7 Os procedimentos operacionais determinados neste Termo de Referência são definidos pelo IMPREV.
- 8.8 Na execução do Objeto obriga-se a Contratada a enviar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;
- 8.9 Iniciar os serviços objeto desse Termo de Referência após assinatura do contrato;
- 8.10 A empresa contratada se compromete a manter sigilo absoluto sobre as informações contidas nos documentos, não podendo duplicá-los ou usá-los sob qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade civil e criminal, sem prejuízo de ações indenizatórias em caso de ações de terceiros.
- 8.11 Na hipótese de perda ou extravio de qualquer documento, a empresa contratada se obriga a recuperá-lo, junto ao usuário, sob orientações;
- 8.12 Cumprir todos os requisitos deste Termo de Referência, referentes às características da prestação dos serviços, procedimentos gerais e obrigatórios, serviços inerentes, prazos, bem como todos e quaisquer outros requisitos exigidos, partes integrantes do Edital;
- 8.13 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto, deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução dos serviços;
- 8.14 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições Previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- 8.15 Respeitar o sistema de segurança da Contratante e fornecer todas as informações solicitadas por ela. Acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;
- 8.16 A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;
- 8.17 Responsabilizar-se à integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, garantindo a continuidade dos serviços prestados, responsabilizando-se pela não prestação dos referidos serviços;

8.18 Prever os profissionais necessários para a garantia da execução dos serviços, obedecidas às disposições trabalhistas e Previdenciárias vigentes

b) Garantir a preservação do conteúdo armazenado;

c) Emitir ao final de cada mês relatório de atendimento;

d) Fornecer pessoal qualificado e em número suficiente à execução dos serviços;

e) A Contratada é a única responsável pelos contratos de trabalho de seus empregados, inclusive eventuais inadimplementos trabalhistas em que possa incorrer não podendo ser arguida solidariedade do Contratante, nem mesmo responsabilidade subsidiária, não existindo, por conseguinte vinculação empregatícia entre os empregados da CONTRATADA e o CONTRATANTE;

8.19 Respeitar as regras de sigilo e confidencialidade dos documentos trabalhados, de acordo com a Lei Federal nº 8.159/91 e sua regulamentação pela Lei Federal nº 11.111/05;

8.20 Prever os profissionais necessários para a garantia da execução dos serviços, obedecidas às disposições trabalhistas e Previdenciárias vigentes;

8.21 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

8.22 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;

8.23 Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no Contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;

8.24 Comunicar à CONTRATANTE durante a execução dos serviços quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Efetuar o pagamento nos prazos estipulados;

9.2 Exercer a fiscalização dos serviços a serem prestados;

9.3 Repassar a contratada relação de serviços a serem executados em tempo hábil para agendamento;

9.4 Notificar a CONTRATADA por problemas ou irregularidades inerentes à execução do serviço contratado;

9.5 Atuar junto a CONTRATADA na resolução de problemas ou outras situações inerentes ao contrato de prestação de serviços, sempre através de pessoa por ela indicada, sendo as tratativas feitas sempre por meio formal.

9.6 Permitir acesso dos técnicos da empresa contratada às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto deste certame;

9.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, com relação ao objeto deste certame;

9.8 Assegurar-se da boa prestação e qualidade dos serviços prestados;

9.9 Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado;

9.10 Fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa contratada, inclusive quanto à não interrupção dos serviços a serem prestados;

9.11 Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio de gestor do contrato;

9.12 Requisitar para a pessoa jurídica contratada a necessidade de aumento ou diminuição dos serviços prestados, dentro dos limites legais possíveis;

9.13 Autorizar o livre acesso aos funcionários da pessoa jurídica;

9.14 Impedir que terceiros, que não a Contratada efetue o serviço prestado.

10 CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 A contratada se responsabilizará com pessoal e material, inclusive acesso à internet e equipamento de informática, sendo de sua responsabilidade exclusiva e integral os eventuais encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a Autarquia;

10.2 Os serviços serão prestados por demanda, conforme solicitação expressa do IMPREV, devidamente assinada e encaminhada por sistema DIGIPROC, e-mail, WhatsApp ou de forma física, na qual constará o serviço a ser realizado;

10.3 O IMPREV reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelo contratado;

10.4 Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização prévia e expressa da Administração.

11 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11.6 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 4172 de 22 de março de 2023, art. 9).

11.7 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

11.8 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto Municipal nº 4172 de 22 de março de 2023, art. 8).

11.9 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

11.11 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao

seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto Municipal nº 4172 de 22 de março de 2023, art. 8).

11.12 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.13 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

11.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12 COMPETE AO GESTOR DO CONTRATO (Decreto 4172 de 22 de março de 2023)

Art. 8º. O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme comissão nomeada ou o que vier substituir, especialmente:

I - Analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - Analisar eventuais alterações contratuais, depois de ouvido o fiscal do contrato;

IV - Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

V - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

VII - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

VIII - preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

IX - inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

X - Outras atividades compatíveis com a função.

Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente do Município, e previamente designado pela autoridade administrativa signatária do contrato.

13 COMPETE AO FISCAL DO CONTRATO (Decreto 4172 de 22 de março de 2023)

Art. 9º. O fiscal de contrato é, preferencialmente, o servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços conforme comissão nomeada ou o que vier substituir.

§ 1º O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

§ 2º A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Regulamento.

§ 3º O fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ser profissional legalmente habilitado para atuar na área específica em que se enquadram os serviços contratados, necessariamente registrado no CFT, CREA, CAU ou equivalente, formalmente designado pelo ordenador de despesa ou por quem este designar, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a execução da obra ou serviço de engenharia in loco.

Art. 10. A função de fiscal de contrato deve ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, conforme comissão nomeada ou o que vier substituir, especialmente:

I - Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

III - proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

IV - Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

V - Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

VI - Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

VI - Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto; VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

IX - Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

X - Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

XI - dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

XII - verificar a correta aplicação dos materiais;

XIII - requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XIV-realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XV- Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

XVI - no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XV:

a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ARTs do CREA e/ou RRTs do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores; b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento; c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

XVII - outras atividades compatíveis com a função.

§ 1º A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§ 2º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

§ 3º A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

I - Os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

II - Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV - A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V - O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI - A satisfação do público usuário.

§ 4º O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§ 5º A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

§ 6º O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§ 7º Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

I - No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;

- b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;
 - c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
 - d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;
 - e) pagamento do 13º salário;
 - f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei; g)
- realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
- h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
 - i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e o CAGED;
 - j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
 - k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

II - No caso de cooperativas: a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado; b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa; c) comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) comprovante da aplicação do FATES Fundo Assistência Técnica Educacional e-Social; e) comprovante da aplicação em fundo de reserva; f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

III - No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público OSCIPs e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

§ 8º. Além do cumprimento do § 7º deste artigo, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva, serão realizadas entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas em, CTPS, devendo ser observadas, entre outras questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, a remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações dos contratos de trabalho e, se necessário, fiscalizar no local de trabalho do empregado.

14 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste contrato serão exercidos por meio de fiscal do contrato, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, atendendo ao que dispõe o § 1º, § 2º e § 3º da referida lei.

14.2 Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução do serviço, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

14.3 Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do fiscal ou do substituto inerentes ao objeto deste contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE.

14.4 A atividade de acompanhamento e fiscalização pela CONTRATANTE não implicará qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação à execução do contrato, inclusive perante terceiros, respondendo, ainda, por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do contrato.

14.5 A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

14.6 A execução do objeto deverá estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela CONTRATANTE, sendo que a inobservância desta condição implicará a recusa do mesmo, bem como o seu devido refazimento e/ou adequação/substituição, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

14.7 As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, diante das informações prestadas pelo fiscal, consoante disposto no § 2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

15 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

15.1 O pagamento será efetuado mensal, tendo como base o valor total do contrato dividido em 12 parcelas a serem pagas de mensalmente.

15.2 Para pagamento a contratada deverá apresentar relatório dos serviços prestados no mês, até o primeiro dia útil do mês subsequente via e-mail para imprev-machadinho.ro@hotmail.com, ou outro modo indicado pelo IMPREV, no qual será dado aceite;

15.3 Após aceite, o IMPREV solicitará a emissão de Nota Fiscal para pagamento até o dia 15 de mês corrente;

15.4 A contratada deverá acompanhar a Nota Fiscal: Certidões de Regularidade Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), Certificado de Regularidade de FGTS e Certidão de Débito Trabalhista;

15.5 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

16 DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1 A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida ou suprimida, respeitando os limites estabelecidos pela Lei nº 14.133, de 2021. Este ajuste poderá ocorrer conforme a necessidade da Administração, desde que devidamente justificado e autorizado, garantindo a flexibilidade e a adequação do contrato às demandas reais do serviço ou produto contratado. Assim, assegura-se a eficiência e a economicidade na execução do contrato, em conformidade com os princípios da administração pública.

17 DAS PENALIDADES

17.1 A CONTRATADA que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 14133 de 1º de abril de 2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:

17.2 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

17.3 Multa moratória de até 0,3 % (zero vírgula três) por cento por dia de atraso injustificado na prestação dos serviços, sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

17.4 Multa compensatória de até 5 % (cinco) por cento sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total;

17.5 Multa compensatória de até 5 % (cinco) por cento sobre o valor total do contrato em caso de inexecução parcial, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.6 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com IMPREV pelo prazo de até dois anos;

17.7 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal e o consequente descredenciamento do Registro Cadastral no Município, pelo prazo de até cinco anos;

17.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

17.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei nº 14.133/2021.

17.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

18 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS LGPD

18.1 Considerando a manipulação de dados pessoais de servidores ativos, aposentados, pensionistas e dependentes, fica estabelecido à observância com sua finalidade, exigindo que os dados angariados, sejam usados para propósitos legítimos e específicos para o estudo técnico objeto deste Termo de Referência, sendo proibido qualquer outro tipo de tratamento

18.2 A Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tem por objetivo o de proteger, tendo como direitos fundamentais a liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Desta forma as partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis que consta na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) LGPD, comprometendo-se a obedecê-la.

18.3 Não obedecendo, assume a parte infratora a responsabilidade e ressarcimento pelos danos causados, com a possibilidade de reparação, ao titular, em havendo dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, gerado em razão do exercício de atividade decorrente do tratamento de dados pessoais, não autorizados no contrato.

18.4 Obrigando-se a contratada a adotar todas as medidas necessárias para garantir em conformidade como seus colaboradores, empregados, subcontratados, terceirizados e demais necessários à execução do presente serviço contratado, a somente utilizar dados autorizados. Ficando cada parte responsável pelos devidos

retornos/respostas a Agência Nacional de Proteção de Dados Pessoais ANPD no que se refere a sua utilização.

19 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

19.1 O prazo de vigência da Contratação será de 12 (doze) meses, a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado nos termos da Lei nº 14133/2021.

19.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Machadinho Do Oeste/RO para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

20 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO.

21 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

21.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, além dos previstos em edital:

21.2 Comprovação da formação do Responsável Técnico da Licitante em Atuária;

21.3 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

21.4 A comprovação do vínculo do responsável técnico da licitante pode se dar mediante contrato social, registro na Carteira Profissional, Ficha de Empregado ou Contrato de Trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços;

21.5 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

21.6 Para fins da comprovação de que trata este subitem, deverá ser apresentado no mínimo 1(um) atestado de contrato executado na consultoria e avaliação atuarial de Regimes Próprios de Previdência Social;

21.7 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

21.8 Documentos como cópia de Contrato, empenho, entre outros, poderão ser solicitados pela Diretoria do Instituto, para comprovação do desempenho anterior de atividade igual ao objeto da licitação.

21.9 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

21.10 Os Atestados/Declarações Técnico-Operacional apresentados, estarão sujeitos a diligência para confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade, conforme previsto no §2º do art. 42 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei, caso ateste informações inverídicas.

22 DA PARTICIPAÇÃO

22.1 Poderão participar deste processo licitatório todas as pessoas jurídicas interessadas, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem aos requisitos e condições constantes neste Termo de referência e seus anexos;

22.2 Não poderão participar as pessoas jurídicas suspensas do direito de contratar com a Administração Pública de todas as esferas;

22.3 Não poderão participar as pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituídas e mantidas;

22.4 Não poderão participar as empresas que estiverem em regime de falência, concordata ou recuperação judicial;

22.5 Não poderão participar servidores públicos municipais, conforme a vedação constante da a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 9º, § 1º, onde expressa o impedimento à participação de servidor ou dirigente de órgão ou entidade em licitações e, conseqüentemente, a contratação de empresas, cuja propriedade seja dos referidos agentes públicos.

23 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

23.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 24.519,99, (vinte e quatro mil, quinhentos e dezenove reais e noventa e nove centavos), considerando um período total de 12 (doze) meses.

23.2 Foram usadas cotações com empresas do ramo, tanto dentro do estado de Rondônia quanto de outros estados, para construir a pesquisa de preço referente à prestação de serviço por 12 meses.

24 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a presente contratação correrão, no presente exercício, à conta dos recursos do Orçamento Geral do IMPREV, sob a seguinte classificação:

Unidade Orçamentária: 02.13 Instituto de Previdência IMPREV

Dotação orçamentária

Programação: 09.122.0022.2101.0000 Manutenção do Instituto de Previdência / IMPREV

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - PJ

Ficha: 522

Av. Diomero Moraes Borba, 3545 - Machadinho DOeste - RO - Telefone (69) 3581 2262
E-mail imprev-machadinho.ro@hotmail.com Portal da transparência: <http://previdencia.machadinho.ro.gov.br>



Documento assinado eletronicamente por **ELIEL MAIKSON SANTANA DA SILVA, GERENTE DE RECURSOS HUMANOS - IMPREV**, em 23/10/2024 às 08:58, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3.431 de 06/03/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **645128** e o código verificador **090F240D**.

Cientes			
Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	FAGNER PARTELLI COSER	***.372.402-**	24/10/2024 08:55
2	KERLES FERNANDES DUARTE	***.867.222-**	24/10/2024 09:05
3	JULIANA DOS SANTOS LOURES DA SILVA	***.226.542-**	25/10/2024 08:34

Referência: [Processo nº 8-160/2024](#). Docto ID: 645128 v1



**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE
MACHADINHO DO OESTE - RO
IMPREV**

Contrato n. .../2024 de ...

Modalidade: Dispensa Eletrônica

Processo n. 8-160/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .../2024 DE ..., CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ATUARIAL, VOLTADOS À REALIZAÇÃO DA GESTÃO ATUARIAL, QUE ENGLOBA O CÁLCULO ATUARIAL PREVIDENCIÁRIO, RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS HIPÓTESES E DEMAIS ATIVIDADES DE ACOMPANHAMENTO ATUARIAL, DE FORMA CONTINUADA POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE ELETRÔNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O IMPREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MACHADINHO D'OESTE, RONDÔNIA, E DE OUTRO LADO

CLÁUSULA PRIMEIRA. DAS PARTES:

O IMPREV - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MACHADINHO D'OESTE, RONDÔNIA, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.127.965/00001-63 com sede e foro na comarca de Machadinho D' - RO, no presente ato representado pela Presidente. Sra. Kerles Fernandes Duarte, Portaria 603/2021, servidora pública, casada, residente e domiciliada nesta cidade, inscrita no CPF/MF nº ***.867.222-** e portadora da Cédula de Identidade RG nº ****84192 SSP/RO, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE, e,

CONTRATADA: ***, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. ***, com sede na ***, na cidade de ***, representada por ***, ***, ***, ***, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº. ***, portador da Cédula de Identidade RG nº. ***, residente e domiciliado à ***.

Resolvem celebrar o presente instrumento, regido pela Lei Federal nº14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, em conformidade com a Dispensa Eletrônica, constante do processo n. 8-160/2024 nas seguintes condições e cláusulas:

CLÁUSULA SEGUNDA. DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO.

O presente Instrumento tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de Consultoria e Assessoria Atuarial, voltados à realização da Gestão Atuarial, que engloba o Cálculo Atuarial Previdenciário, Relatório de Análise das Hipóteses e demais atividades de acompanhamento atuarial, de

forma continuada por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades do Instituto Municipal de Previdência de Machadinho D'RO - IMPREV. Os serviços abrangem ainda Avaliação Atuarial e Estatística de Planos de Previdência dos servidores públicos, Projeções Atuariais, Modelagem de Sistemas de Previdência dos servidores públicos, Auditorias Atuariais, Elaboração de Planos de Benefícios e Planos de Custeio, Relatórios de Gestão Previdenciária (Passivos x Ativos), Relatórios de Viabilidade Econômica e Gestão Atuarial.

Parágrafo único. A Execução do serviço contratado deverá observar fielmente as condições para sua execução, os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos das cláusulas deste Contrato, estando a contratação vinculada ao Edital de Dispensa Eletrônica nº ***/2024 e seus anexos, à proposta vencedora, e demais peças técnicas constantes no Processo nº 160/2024, e no que couber, nos dispositivos da Lei Federal nº. 14.133/2021, e posteriores alterações, e legislação Municipal correlata, nos casos omissos, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA. DA VIGÊNCIA

A vigência contratual será de 12 (doze) meses, com início a partir da data da assinatura do mesmo e publicação no Diário Oficial dos Municípios (AROM) e Portal Nacional de Compras Públicas (PCNP), podendo ser prorrogado sucessivamente por igual período, observado o interesse público e a critério do CONTRATANTE, na forma do art. 106 da Lei nº. 14.133/2021, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei n. 14.133/2021, uma vez que a presente contratação é de fornecimento contínuo.

§1º. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

§2º. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

§3º. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA. DO PREÇO.

O valor mensal da contratação é de R\$ *** (***), perfazendo o valor total de R\$ *** (***), no qual já se encontram incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA.

§ 1º. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fretes, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

§ 2º. O preço contratado poderá ser majorado ou reduzido, mediante requerimento/solicitação com justificativa fundamentada, e após cumpridas as exigências legais, mediante apresentação de planilha de custos onde se comprove a modificação de preços por parte da Agência Reguladora e apresentação por parte da empresa da portaria indicativa do percentual de reajuste fornecido pela agência (se for o caso), ou do fator que determine a excessiva oneração do contrato.

CLAUSULA QUINTA. DAS ALTERAÇÕES.

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.

II - Por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação da prestação do serviço contratado;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

III - As alterações unilaterais a que se refere o inc. I desta Cláusula não poderão transfigurar o objeto da contratação.

§1º. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, não podendo exceder este limite, exceto nas supressões resultante de acordo celebrado entre os contratantes.

§2º. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela Contratada, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês.

§3º. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLAUSULA SEXTA. DAS REVISÕES E REAJUSTES.

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

§ 1º. Após o interregno de 1 (um) ano previstos no Item anterior, na hipótese de sua eventual prorrogação, poderá ser admitido reajuste de preços para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro desta avença, utilizando-se o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), fornecido pelo IBGE.

§ 2º. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§3º. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

§4º. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

§ 1º. Os serviços serão prestados na sede da empresa contratada ou conforme solicitação do Instituto Municipal de Previdência IMPREV.

§ 2º. Os serviços serão prestados conforme necessidade do IMPREV, sendo de forma online, com exceção da apresentação do cálculo atuarial anual, que deverá ser realizada na forma presencial em Machadinho D'Oeste, e deverá ser conduzida pelo Atuário responsável pela elaboração da Reavaliação Atuarial anual do IMPREV, conforme o prazo estabelecido pelo IMPREV. § 3º. Para fins de fiscalização, cumprimento e gestão das informações ficam estabelecidos os seguintes prazos para execução dos serviços:

Início da execução do serviço	Imediatamente após a assinatura do contrato.
Elaboração do relatório de provisões matemáticas;	Até dia 15/01 de cada ano
Apresentação do resultado da avaliação atuarial anual do exercício, para aprovação pela diretoria e órgãos colegiados do IMPREV, por videoconferência;	Até dia 15/02 de cada ano
Entrega de relatório atuarial anual;	Até dia 28/02 de cada ano
Apresentação do Relatório do Cálculo Atuarial anual, <i>in loco</i> na sede da autarquia, aos servidores, membros dos Conselhos deliberativo e Fiscal, Comitê de investimentos, assessores designados pelo executivo municipal, vereadores e demais interessados do Município de Machadinho D'Oeste.	Até dia 15/03 de cada ano
Preenchimento de Nota Técnica Atuarial, envio de DRAA e demais serviços descritos no Termo de Referência relativos a realização da Avaliação Atuarial Anual;	até dia 28/03 de cada ano
Relatórios de acompanhamento Atuarial;	Bimestral, (a partir da assinatura do contrato e postagem do DIPR a cada bimestre.)
Demais estudos e serviços solicitados pelo RPPS.	Até 07 (sete) dias após o requerimento emitido pelo responsável do IMPREV, e homologação dos dados requisitados pela CONTRATADA para realização dos serviços.

§ 3º. Todos os prazos acima estabelecidos ficam sujeitos ao envio das informações necessárias pelo IMPREV para a CONTRATADA.

§ 4º. Caberá ao IMPREV fornecer todas as informações necessárias a prestação do serviço em até 10 (dez) dias antes do prazo de vencimento da entrega do serviço.

§ 5º. Caberá a CONTRATADA solicitar ao IMPREV todas as informações que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços sempre com a maior antecedência possível, respeitando o limite mínimo de até 30 (trinta) dias antes do prazo estabelecido para entrega do serviço contratado.

CLÁUSULA OITAVA. DA GARANTIA

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA. DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta) dias do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente deste instituto de Previdência. Juntamente com a fatura deverão ser entregues as Certidões de Regularidade Fiscal (Federal, Estadual e Municipal), Certificado de Regularidade de FGTS e Certidão de Débito Trabalhista, e relatórios dos serviços prestados.

§ 1º. Na descrição da nota fiscal deverão constar obrigatoriamente as seguintes referências:

- a especificação do serviço prestado;
- o número do processo que deu origem à contratação;

c) o número da conta e agência do beneficiário.

§ 2º. Para pagamento a contratada deverá apresentar relatório dos serviços prestados no mês, até o primeiro dia útil do mês subsequente via e-mail para imprev-machadinho.ro@hotmail.com, ou outro modo indicado pelo IMPREV, no qual será dado aceite;

§ 3º. A CONTRATADA deverá fornecer os dados bancários necessários para a realização do pagamento, sob pena de de retenção mesmo até que a CONTRATADA apresente as informações necessárias para o pagamento, sendo vedado o pagamento em cheque administrativo.

§ 4º. O não fornecimento ou a informação errônea dos dados bancários pela CONTRATADA, eximem a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade pelo não pagamento ou no atraso do mesmo.

§ 5º. Não serão feitos pagamentos em nome de terceiros, ou em conta bancária que não seja de titularidade da CONTRATADA, ainda que a conta bancária indicada seja de titularidade do proprietário ou se sócio, na qualidade de pessoa física ou jurídica.

§ 6º. Por ocasião do pagamento, a CONTRATANTE efetuará as retenções tributárias exigidas pela legislação vigente.

§ 7º. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso de prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

§ 8º. A Contratada deverá apresentar as certidões que comprovem a regularidade fiscal, trabalhistas e FGTS, da empresa junto aos órgãos das receitas, devendo todas estarem vigentes na data do pagamento, sob pena de suspensão deste.

§ 9º. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

§ 10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

§ 11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

§ 12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

CLÁUSULA DEZ. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa com a execução do presente Contrato correrá, no presente exercício, por conta das seguintes

dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária: 02.13 Instituto de Previdência IMPREV

Dotação orçamentária de serviços

Programação: 09.122.0022.2101.0000 Manutenção do Instituto de Previdência / IMPREV

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - PJ

Ficha: 522

CLÁUSULA ONZE. DAS OBRIGAÇÕES.

Constituem obrigações das partes:

I - Da CONTRATADA, além das que forem estipuladas no Termo de Referência:

- a) prestar os serviços no local determinado e de acordo com os prazos estabelecidos na proposta, contados a partir da data da assinatura do presente Instrumento;
- b) responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE;
- e) arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, envolvidos na execução do contrato;
- f) assumir relativamente a seus empregados e prepostos, todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica, inclusive em caso de acidente de trabalho, ainda que verificados nas dependências da CONTRATANTE, que com estes não terá quaisquer vínculos empregatícios.
- g) informar ao Setor financeiro da CONTRATANTE, no ato da emissão da nota fiscal ou documento fiscal equivalente, os dados bancários necessários para que sejam realizados os pagamentos, sob pena dos mesmos ficarem os pagamentos bloqueados até a sua regularização.
- h) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- j) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- k) manter sigilo absoluto sobre as informações contidas nos documentos, não podendo duplicá-los ou usá-los sob qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade civil e criminal, sem prejuízo de ações indenizatórias em caso de ações de terceiros;
- l) Prever os profissionais necessários para a garantia da execução dos serviços, obedecidas às disposições trabalhistas e Previdenciárias vigentes;
- m) Manter-se atualizado da legislação previdenciária, sobretudo na sua área de atualização;
- n) Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.;
- o) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto desta licitação;

- p) Comunicar à Requisitante, por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no contrato social durante o período que abrange o prazo total da entrega dos produtos, bem como apresentar documentos comprobatórios;
- q) Ressarcir o Instituto Municipal de Previdência de Machadinho do Oeste ou a terceiros qualquer dano causado por seus empregados ou prepostos durante o fornecimento dos produtos
- r) Cumprir todos os requisitos deste Termo de Referência, referentes às características da prestação dos serviços, procedimentos gerais e obrigatórios, serviços inerentes, prazos, bem como todos e quaisquer outros requisitos exigidos, partes integrantes do Edital;
- s) Solicitar ao IMPREV todas as informações que se fizerem necessárias para a execução do serviço nos prazos estabelecidos na Cláusula Sétima deste contrato;
- t) Orientar os servidores do IMPREV sobre as solicitações de informações, bem como esclarecer as dúvidas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste contrato.

II - Da CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente instrumento e Termo de Referência;
- c) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- d) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer inconsistências ou erros verificadas na prestação do serviço, para que seja por ele corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- f) Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
- g) Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente à prestação do serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- h) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e neste Contrato;
- i) Cientificar o departamento jurídico do IMPREV para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- j) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- k) A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- l) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- m) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- n) Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- o) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato

da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

p) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;

q) Efetuar o recebimento provisório dos produtos e ou o recebimento dos serviços prestados no ato de sua entrega, desde que venham acompanhados da Nota Fiscal. O recebimento provisório não implica aceitação do objeto;

r) Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa serviços, os que forem verificados em desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento;

s) Repassar a contratada relação de serviços a serem executados em tempo hábil para agendamento;

t) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, com relação ao objeto deste contrato;

u) Encaminhar todas as informações requeridas em tempo hábil, a fim de garantir o cumprimento dos prazos estabelecidas na Cláusula Sétima deste documento.

CLÁUSULA DOZE. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

I - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do presente contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

IV - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

V - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

VI - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

VII - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

VIII - Bancos de dados formados a partir do presente contrato administrativo, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado pelo contratado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

IX - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA TREZE. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS.

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratada que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos

serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.486/2013.

CLÁUSULA QUATORZE. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações descritas na Cláusula treze as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I - advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item I da Clausula anterior, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II - multa, será calculada na forma da Clausula quatorze deste Contrato, e poderá variar de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Clausula anterior;

III - suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens II a VII da Cláusula anterior, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens VIII a XII da Cláusula anterior, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do Cláusula anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item III, desta Clausula, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV, do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

§ 3º. A sanção de declaração de inidoneidade será precedida de análise jurídica, e é de competência exclusiva do Presidente do IMPREV.

§ 4º. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente

devido pela Administração a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 5º. A aplicação das sanções previstas no caput desta Cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§ 6º. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 7º. A aplicação das sanções previstas nos III e IV, do caput desta Cláusula requererá a instauração de processo de responsabilização, nos termos dos arts. 158 a 161 da Lei Federal nº 14.133/2001.

§ 8º. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, conforme Cláusula quatorze desse Contrato, e sua aplicação não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato e na Lei Federal nº 14.133/2001.

§ 9º. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

§ 10. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

§ 11. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

§ 12. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2001 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 13. Nenhuma parte será responsável perante a outra por atrasos ocasionados por motivos de força maior ou caso fortuito, considerando-se como tanto: ato de inimigo público, guerra, revolução, epidemia, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbação civil ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes, conforme art. 137, §3º da Lei Federal nº 14.133/2001.

§ 14. A aplicação de quaisquer penalidades ora previstas, não será motivo impeditivo para a rescisão do contrato pelo descumprimento de cláusulas contratuais, ou por inexecução parcial ou total do objeto contratado.

§ 15. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo garantido o direito à

ampla defesa e ao contraditório, respeitados o direito à defesa prévia e recursos administrativos nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA QUINZE. DAS MULTAS CONTRATUAIS.

§1º. No caso de descumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como aquelas constantes no Edital, no Termo de Referência e na proposta vencedora do Edital de Dispensa de Licitação Eletrônica nº ***/2024, que também fazem parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, o CONTRATADO estará sujeito a aplicação de multa nos seguintes termos:

I - Advertência, se inferior da 15 dias;

II - Multa de mora progressiva e acumulativa, calculada sobre o valor do contrato, levando-se em consideração o prazo de execução e/ou entrega, e se dará seguinte forma:

0,5% (cinco décimos por cento), após 15 (quinze) dias;

1% (um por cento), após 30 (trinta) dias;

2% (dois por cento), após 45 (quarenta e cinco) dias;

5% (cinco por cento), após 60 (sessenta) dias;

10% (dez por cento), se superior a 75 (setenta e cinco) dias;

O correndo mora superior a 90 (noventa) dias, caracterizará a inexecução total ou parcial do contrato, sujeitando a Contratada também às sanções correspondentes, bem como acarretará a rescisão unilateral do Contrato por culpa da Contratada.

§2º. Pelas infrações administrativas previstas na Cláusula treze deste contrato, a Administração do IMPREV poderá aplicar à Contratada ao pagamento de multa compensatória, que poderá variar de 0,5% (cinco décimos por cento) a até 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor do contrato, em conformidade com o art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021, conforme segue abaixo:

I - Incisos VIII a XII: de 20% a 30%; I

II - Inciso III: de 15% a 30%;

III - Inciso II: de 5% a 20%;

IV - Inciso VII: de 0,5% a 10%;

V - Inciso I: de 0,5% a 10%;

VI - Incisos IV a VI: de 0,5% a 30%.

§3º. As multas aludidas nesta Cláusula podem ser aplicadas em conjunto ou separadamente entre si, e não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções e medidas administrativas previstas neste Contrato, com fundamento nos arts. 137 e 138, sem prejuízo das consequências do art. 139 e das penalidades descritas no art. 156 e 162, todos Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, termo de referência e demais cláusulas deste Contrato.

§4º. Após devidamente convocada, a Contratada deverá assinar o presente contrato no prazo determinado pela contratante, sob pena do atraso ou a recusa injustificada de o fazê-lo sujeita-la à multa prevista no §2º desta Cláusula.

§5º. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido à Contratante no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da notificação, podendo ainda ser descontado das Notas Fiscais e/ou Faturas por ocasião do pagamento, bem como a compensação de outros créditos que eventualmente a Contratada possua a seu favor, e, caso ainda remanesça o débito, a inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial.

§6º. Não sendo pagas no prazo previsto no item anterior, haverá incidência de juros de mora e correção monetária, nos termos previsto no art. 506 do Código Civil.

§7º. As multas previstas nesta Cláusula não têm efeito compensatório e, consequentemente, o pagamento dela não exime a Contratada da reparação de eventuais danos que forem causados à Contratante ou a terceiros, em decorrência de culpa ou dolo na prestação do serviço contratado.

CLÁUSULA DEZESSEIS. DO CONTRATO E DA SUBCONTRATAÇÃO.

O presente Contrato, bem como suas alterações, ficará subordinados às normas da Lei Federal 14.133/2021 e ao edital convocatório, sendo que não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA DEZESSETE. DA FISCALIZAÇÃO.

A Contratada obriga-se a prestar o serviço objeto desta contratação na forma estabelecida no termo de referência e demais documentos juntados ao Processo, visando assegurar sua plena execução, sob pena de aplicação das sanções previstas neste termo contratual.

§1º. Os prazos e condições da prestação de serviços objeto deste contrato está estipulado na Cláusula Sétima desse instrumento a, bem como no Termo de Referência, contados a partir da emissão da nota de empenho e/ou autorização de fornecimento, conforme solicitação do IMPREV.

§2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 01 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos nos arts. 7º e 117 da Lei nº 14.133/2021, que deverá:

I - anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

II - informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

III - ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do IMPREV, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

§3º. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, ou ainda resultantes de imperfeições técnicas, vício redibitório e, na ocorrência desses, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

§4º. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte a prestação do serviço licitado, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da Contratada.

CLÁUSULA DEZOITO. DAS ALTERAÇÕES.

O presente CONTRATO poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade superior, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Legislação;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes,

mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento do objeto contratado;

c) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações no contrato ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I desta Cláusula não poderão transfigurar o objeto da contratação.

§ 3º. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

§ 4º. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

CLÁUSULA DEZENOVE. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

Dos atos da Administração decorrentes deste contrato cabem:

I - Recurso dirigido ao IMPREV, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) anulação ou revogação da licitação;

b) rescisão unilateral do contrato;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º. O recurso de que trata o inciso I do caput desta Clausula será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 2º. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III, do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV, do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

§ 4º. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

§ 5º. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

§ 6º. O interessado deverá interpor recurso dirigido a autoridade superior, por escrito, fundamentado e devidamente instruído com os documentos que se fizerem necessários, respeitados os prazos estipulados nesta cláusula.

§ 7º. As intimações dos atos referidos nesta cláusula será dirigido ao representante legal indicado no contrato e poderá ser feito por:

I - pessoalmente;

II - por meio eletrônico (e-mail), devendo o servidor responsável certificar no processo os dados do representante da Contratada, do e-mail, a data e a hora em que foi realizada o ato;

III - por correspondência com aviso de recebimento (AR);

IV - por edital em caso de não localização da contratada ou de seu representante legal.

§ 8º. Todos os atos referidos nesta cláusula deverão ser publicados na imprensa oficial.

CLÁUSULA VINTE. DOS CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 Código de Defesa do Consumidor e Normas e Princípios Gerais dos Contratos.

CLÁUSULA VINTE E UM. DA RESCISÃO.

Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações ou prazos;

II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

V. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade Contratante.

§1º. A extinção do contrato poderá ser:

I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;

III. Determinada por decisão judicial;

IV. Por iniciativa do Contratado.

§2º. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§3º. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, as seguintes consequências:

I. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

CLÁUSULA VINTE E DOIS. DO REEQUILÍBRIO, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS.

Para manter o equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do §5º do art. 103 e alínea d do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, permite-se a revisão dos preços para estabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, serviço ou obra, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§ 1º. A CONTRATADA deverá formular requerimento com justificativa fundamentada por escrito, devidamente instruído com planilha de custos comprovando a modificação dos preços, o valor do percentual de aumento, juntamente com cópia da nota fiscal de compra, ou cópia da comprovação do aumento, e em caso de redução no valor a CONTRATADA deverá proceder da mesma forma, comunicando por escrito a CONTRATANTE.

§ 2º. A CONTRATANTE processará e decidirá quanto ao pedido de repactuação e/ou reequilíbrio econômico financeiro em até 1 (um) mês, a contar da data do recebimento do pedido, para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS.

A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

I - A Administração convocará o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidas, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Contrato.

II - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;

III - A recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Município/Contratado;

IV. É obrigação da Contratada manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO. DA PUBLICAÇÃO.

A Contratante divulgará o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011, em respeito ao Princípio da Publicidade dos Atos Administrativos e para que atinja a eficácia desejada.

CLÁUSULA VINTE E CINCO. DO FORO.

Fica eleito o Foro da cidade de Machadinho D'Oeste RO, para dirimir quaisquer dúvidas na aplicação deste Contrato em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, e depois de lido, as partes acima nominadas assinam eletronicamente, nos termos da Lei, o presente instrumento para que produza os seus efeitos legais e jurídicos.

Machadinho D'-RO, ... de de ...

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MACHADINHO D'OESTE/RO IMPREV
KERLES FERNANDES DUARTE
Presidente
Portaria 603/2021
Contratante

CNPJ/MF n. ***
Nome do Representante Legal
Contratada

Av. Diomero Moraes Borba, 3545 - Machadinho DOeste - RO - Telefone (69) 3581 2262
E-mail imprev-machadinho.ro@hotmail.com Portal da transparência: <http://previdencia.machadinho.ro.gov.br>



Documento assinado eletronicamente por **SIDNEIA DALPRA LIMA, ASSESSOR JURIDICO - EFETIVO IMPREV**, em 14/11/2024 às 09:16, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3.431 de 06/03/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID **656323** e o código verificador **255E7667**.

Referência: [Processo nº 8-160/2024](#).

Docto ID: 656323 v1